



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0007136-77.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **IP - 144/2015 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ADEMAR APARECIDO TERENCE**
 Vítima: **TENDA ATACADO**

Aos 18 de outubro de 2016, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu ADEMAR APARECIDO TERENCE, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: ADEMAR APARECIDO TERENCE, qualificado a fls.59, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, c.c. art.14, II, do Código Penal, porque em 04.06.2015, por volta de 17h30, nas instalações da empresa *Tenda Atacado Ltda*, situada na estrada Rubens Fernandes Monte Ribeiro, bairro Jardim Novo Horizonte, em São Carlos, tentou subtrair para si, daquele estabelecimento comercial, doze barras de chocolate, marca Lacta, avaliados em R\$71,76, não consumando o crime por circunstâncias alheias à sua vontade. **A ação é procedência**. O réu é confesso. As testemunhas ouvidas em juízo confirmaram os fatos narrados na denúncia, dizendo que o réu foi surpreendido em poder das barras de chocolates descritas na denúncia. A testemunha Caio confirmou que o réu já era seu conhecido, pois costumava frequentar o local, tendo inclusive visto o mesmo praticando outro furto no dia anterior, através das câmeras do local. Não é caso de crime impossível, conforme esclareceu a testemunha as câmeras de segurança tem rotatividade e vários furtos acabam se consumando por tal razão. Ademais, o réu confessou em Juízo a prática do delito. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que o réu é reincidente específico (fls.70/90, 102/105 e 116-condenação por roubo), devendo ser fixado o regime inicial fechado não podendo o réu apelar em liberdade. **Dada a palavra à DEFESA:** "MM. Juiz: Requer-se a absolvição do réu por atipicidade material. O furto de gêneros alimentícios de uma grande rede de supermercados, 12 barras de chocolate, ou 4 barras como o réu confessou na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

autodefesa, não atinge de maneira juridicamente relevante o patrimônio da vítima e assim não preenche a dimensão material do tipo. Estão presentes os requisitos traçados pela jurisprudência do STF para o reconhecimento da insignificância, valendo sublinhar a diminuta relevância social da conduta e a inexistência de violência ou grave ameaça. Nota-se ainda que a empresa, assumindo o risco inerente ao negócio, tinha profissionais contratados especialmente para a prevenção de perdas, ou seja, havia um aparato pré-estabelecido para evitar prejuízos ou lesões ao patrimônio da rede de supermercados, o que afasta o resultado naturalístico e jurídico, sem o qual o crime não remanesce. Não raro, é cediço ainda que as empresas contabilizem tais perdas, embutindo-as, desde o início, nos preços praticados aos consumidores. No sentido da sistemática vigilância, as testemunhas, “auxiliares de prevenção de perdas”, hoje ouvidas, lembraram-se do réu. Confirmaram a subtração das barras de chocolate que estariam sob a blusa dele. Disseram que Ademar foi detido no estacionamento após passar pelo caixa sem pagar. Descobriram a subtração pelas eficazes câmeras de vigilância, ainda antes da passagem pelo caixa. Reconheceram o réu pelo vidro da sala de reconhecimento. Só tinham visto o réu dessa vez, mas não antes. As peculiaridades do caso concreto indicam, portanto, a atipicidade material e, além disso, a presença dos requisitos suficientes para o reconhecimento do crime impossível. A vigilância impedia de maneira absoluta a consumação do delito, que de fato foi imputado na forma tentada. Diz a lei que a tentativa não é punível quando houver absoluta impropriedade do meio escolhido para a realização do delito. É o caso dos autos. Subsidiariamente, se não forem acolhidos os pedidos de insignificância e de crime impossível, requer-se o reconhecimento da confissão e a redução máxima da pena pela tentativa. Na dosimetria da pena eventualmente imposta, requer-se pena mínima, compensação da confissão com a reincidência e demais benefícios legais, especialmente pena alternativa, medida socialmente recomendável, na forma do artigo 44, §3º, do Código Penal, e a concessão do direito de recorrer em liberdade, destacando-se, nesse sentido, que o réu, neste processo, já responde solto. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** “VISTOS. ADEMAR APARECIDO TERENCE, qualificado a fls.59, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, c.c. art.14, II, do Código Penal, porque em 04.06.2015, por volta de 17h30, nas instalações da empresa *Tenda Atacado Ltda*, situada na estrada Rubens Fernandes Monte Ribeiro, bairro Jardim Novo Horizonte, em São Carlos, tentou subtrair para si, daquele estabelecimento comercial, doze barras de chocolate, marca Lacta, avaliados em R\$71,76, não consumando o crime por circunstâncias alheias à sua vontade. Recebida a denúncia (fls.68), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.132). Nesta audiência foram ouvidas a vítima, uma testemunha comum e o réu, havendo desistência quanto a testemunha faltante. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, observando-se a reincidência. A defesa pediu a absolvição pelo princípio da insignificância e pelo crime impossível. Subsidiariamente, se condenado, pleiteou o reconhecimento da atenuante da confissão, redução máxima pela tentativa e benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. O valor do bem subtraído (R\$71,76) não é insignificante. Não ocorre atipicidade formal ou material. Houve



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

ofensa ao bem jurídico protegido. A conduta do réu é reprovável e ilícita, não sendo caso de absolvição. Tampouco houve crime impossível. Não se tratou absoluta ineficácia do meio empregado. Nesse particular, vale destacar o fato de que outras pessoas já conseguiram furtar o supermercado, a despeito da vigilância, conforme depoimento hoje colhido, de Rubens Souza Cruz. Estão bem provadas autoria e materialidade do crime. O réu possui maus antecedentes (fls.98/99, 100 e 105). É também reincidente específico (fls.103). Em seu favor existe a atenuante da confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Ademair Aparecido Terence como incurso no art.155, *caput*, c.c. art.61, I, e art.65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal considerando os maus antecedentes de fls.98/99, 100 e 105, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal em 01(um) ano e 03 (três) meses de reclusão, mais 12 (doze) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Considerando que a confissão se compensa com a reincidência (fls.103), mantenho a sanção inalterada. Pela tentativa, com pequeno percurso do *iter criminis*, pois o réu foi monitorado e detido, logo em seguida à saída do supermercado, tendo sido visto apoderando-se da *res furtiva*, reduzo a sanção em dois terços, perfazendo a pena definitiva de **05 (cinco) meses de reclusão e 04 (quatro) dias-multa**, calculados cada um no mínimo legal. Também pela reincidência, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime semiaberto**, tendo em vista a confissão e o maior potencial de ressocialização que dela decorre, nos termos do artigo 33 e parágrafos do CP. Na hipótese dos autos está vedada a concessão de "sursis" ou pena restritiva de direitos, nos termos dos arts.77, I, e 44, II e III, c.c. §3º, do Código Penal. Observo que o réu tem várias condenações anteriores e é reincidente específico, não revelando os requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade, notadamente ou da suficiência dessa medida. O réu respondeu ao processo em liberdade e nessa condição poderá apelar. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: